

VELHAS ESTÓRIAS

*Ignacio M. Rangel**

O problema da inflação continua em pauta. De resto, como não fazê-lo, em vista de sua teimosia, a qual, só de "planos" para acabar com ela, já sobreviveu a cinco, quiçá a seis, visto como o Plano Collor II e o "Projeto" são águas passadas, natimortos?

Esses sucessivos "planos" fazem-me lembrar um fato antigo, velho de quase 70 anos. Refiro-me a uma aplicação da terapêutica "cnaipista" — transliteração, em língua portuguesa, do método criado pelo médico alemão Dr. Kneipp em fins do século passado, ou princípios deste, que pretendia curar todos os males pela hidroterapia, isto é, pelo emprego da água. Método que minha mãe, moça da cidade, educada na Paraíba e no Recife, levou para os brutos sertões maranhenses, ao casar-se com meu pai, duro sertanejo, apenas um pouco amansado pelos seminários de Santo Antônio, em São Luís, e da Paraíba e pelas Faculdades de Direito do Recife e de Salvador, da Bahia. Embora ele, só muito discretamente, acreditasse em tais inovações médicas.

Lembro-me de que, tendo eu cerca de 10 anos, fui acometido de impaludismo, que me trouxe febre alta. Minha mãe, à falta de médico, na cidadezinha do interior maranhense, sede da comarca em que meu pai judiciava, deu-me um banho de assento, em água fria, segundo a terapêutica "cnaipista", e, efetivamente, a febre baixou. Entretanto, quando sua companheira querida apontou vitoriosamente esse resultado, meu pai sorriu e disse:

- Ótimo Ducarmo. Mas agora dá-lhe quinino. O menino está com se-zão, e a febre vai voltar.

O sulfato de quinino era o específico contra o impaludismo, como qualquer sertanejo sabia.

Minha mãe aceitou o conselho, como o prova o fato de, passadas quase três gerações, aqui estar eu, vivo e bulindo.

* Economista.

Não pude deixar de lembrar-me desse incidente, ao tomar conhecimento dos sucessivos "planos" e "pacotes" antiinflacionários de 1986 para cá: pura terapêutica "cnaipista". Mas, ao contrário de minha mãe, que aceitou o conselho de meu pai, meus próprios conselhos, de idêntica inspiração, encontraram ouvidos moucos.

Assim, quando dos primeiros resultados espetaculares do "Cruzado" — que, em março de 1986, teria baixado a taxa de inflação a valor negativo —, sugeri (Rangel, 23.3.86) que aproveitássemos essa vitória transitória para descermos ao fundo da questão, que não estava na inflação, mero epifenômeno, mas na recessão, fenômeno cíclico, e matéria que as escolas de economia já ensinaram melhor do que hoje aos seus alunos. — Como o prova o fato de os Economistas Fernando Collor de Mello, Zélia de Melo e seus colaboradores não fazerem sequer alusão a esse fato, indo ao extremo de proporem o "combate à peste da inflação" com a absurda terapêutica da recessão e do desemprego. —

Em março de 1986, reunido em São Paulo com um grupo de economistas, ouvi, de um colega da UNICAMP, a observação de que "(...) agora, que os preços estão estáveis, as oportunidades de inversão se tornarão evidentes". Ao que retruquei: "ou a inexistência de tais oportunidades". A inflação mascarava e reduzia esse fato.

Havia horas que eu já sabia que muitos dos nossos colegas — muito especialmente os candidáveis a postos ministeriais — estavam trocando o sinal da correlação entre a inflação e a recessão. Em vez de considerarem a inflação pelo que ela é, vale dizer, uma resposta — no fundo saudável, perdoe-me o leitor a temeridade de dizê-lo — do sistema econômico ao complexo de flutuações econômicas que encontram ciclicamente expressão no fato da recessão, invertem os dados do problema: a inflação seria a causa eficiente de todos os nossos males, a começar por este, da recessão, indo até o cabuloso esquema de distribuição da renda, que temos, o desemprego, etc. — Recentemente, nossos colegas do IBGE chegaram ao extremo de fazer a descoberta, ou mera invencionice, de que a inflação seria a causa dos movimentos indesejáveis no índice de Gini. —

Por isso é que vinha propondo mudanças institucionais conducentes à abertura de oportunidades de inversão, centradas na conversão dos serviços públicos concedidos a empresas públicas em concessões de serviços igualmente públicos a empresas privadas. Com o aumento dos investimentos, cresceriam também a demanda agregada social, a renda nacional e, "last, but not the least", a receita do Estado. Finalmente, como o tenho demonstrado, sem qualquer contradita, a taxa de inflação declinaria muito pontualmente.

Dar-se-á que, por não ser ministro de Estado, eu não mereça o benefício de uma simples contradita?

Para Zélia e seus companheiros de equipe — inclusive o próprio Presidente, que, como acaba de dizer Marília Gabriela, é economista —, a inflação é mera questão de nela acreditarmos, ou não: mera questão psicológica, portanto, devendo ser combatida psicologicamente.

Assim, poderíamos inferir, sem muito risco de errar, que, se conseguirmos persuadir as elites e as massas de que os preços devem cair ou estabilizar-se, tudo entrará "en sus cabales", como dizem nossos vizinhos argentinos, inventores dos "planes australes", "tablitas" e "quejandos" — cujo país, segundo nos informa o **Monthly** de setembro passado, da ONU, chegou em 1989 ao índice 79 de "crescimento" da produção industrial, comparativamente a 1980, e que foi o mais baixo dos 53 países informados (o do Brasil foi 111). — Provavelmente a Argentina não estará mais tão isolada, em seus evidentes sintomas de desmoronamento, quando forem divulgados os índices de 1990. A julgar pelas notícias que estão chegando, os países europeu-orientais, que acabam de trocar o inferno socialista pelo paraíso capitalista, formarão a "comissão de frente" do desfile recessivo. A ex-Alemanha Oriental, que desconheceu o desemprego durante duas gerações, tem agora, para 16 milhões de habitantes, 2,6 milhões de desempregados, ao que se informa. — Mesmo que, para essa volta à **normalidade**, tenhamos que acrescentar, aos artifícios meramente psicológicos de persuasão, expedientes mais contundentes, cada vez mais abertamente policialescos, começando pelas multas, mas conduzindo à prisão dos recalcitrantes no "crime de inflação". O que, pela ordem natural das coisas, exigirá campos de concentração à moda nazista, que não deve mais surpreender a ninguém, depois que Bush, no intuito de lavar o imperialismo norte-americano da "síndrome do Vietnã", em suas palavras, "empreendeu as 'epopéias' de Granada, do Panamá e do Iraque". Não haveria masmorras que chegassem, para conter todos os recalcitrantes "agentes econômicos", desde o patronato aos simples proletários — os quais estão, visivelmente, entrando em desobediência civil, quem sabe, ante-sala da insurreição.

O fato de ter eu levantado o problema da privatização dos serviços de utilidade pública tem sido apontado como sintoma de uma possível apostasia minha contra o estatismo. Ora, esse problema eu o levantei em 1953, como relator das quatro leis em discussão na equipe criada pelo Presidente Vargas, com vistas à ELETROBRÁS. Mostrei aos companheiros que, para uma empresa pública concessionária de serviços públicos, o direito de hipoteca seria letra morta, porque somente o

Estado poderia receber tal hipoteca e, sendo a empresa pública, ela própria, Estado, teríamos a contradição em termos de um devedor oferecendo, a si mesmo, a hipoteca dos seus bens.

Sem contestar esse argumento, Soares Pereira – o bom senso em pessoa, coisa que nos está faltando agora – argumentou que, num mercado financeiro operando em condições de taxas negativas de juros reais, e em que a receita pública era função de uma renda nacional engendrada por investimentos fora do setor público, o aval do Tesouro podia ser suficiente **durante algum tempo**.

Assim foi, com efeito. Por exemplo, entre 1956 e 1986, a produção brasileira de energia elétrica cresceu 12,5 vezes – contra 6,8 vezes na média mundial; 4,3 vezes nos Estados Unidos; 7,6 vezes no Japão; 8,3 vezes na União Soviética; etc. Em resumo, foi satisfatório o enquadramento institucional que demos ao serviço nos anos 50. Mas há muito que nossa taxa de juros deixou de ser negativa e que os investimentos fora do setor público deixaram de criar a renda nacional e a receita pública necessárias para dar consistência ao instituto do aval do Tesouro.

Soares Pereira estava certo, portanto. Assim como eu estava certo, quando curvei a cabeça e escrevi as leis que ele me pedia – sob a promessa de que estaria comigo, quando sobreviesse a crise que eu descrevia, e que, afinal, chegou.

E não duvido de que estaria cumprindo a promessa, se a Parca não o tivesse levado há 17 anos.

Bibliografia

RANGEL, Ignácio M. (1986). The day after. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 mar.